



ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA
DE
CASTELO BRANCO

ATA N° 3
Ordinária

24 de Junho de 2019
SALÃO NOBRE DA JUNTA DE
FREGUESIA
DE CASTELO BRANCO



Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no salão da Junta de Freguesia, reuniu a Assembleia de Freguesia em Sessão Ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1. A preencher nos termos do Regimento**

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Informações do Presidente da Freguesia**
- 2. Apreciação e votação da Ata da Reunião Ordinária nº1 e Extraordinária nº2**
- 3. Discussão e votação da proposta do Presidente relativa à não aceitação, para o ano de 2019, da transferência de competências previstas no decreto-lei 57/2019 de 30 de Abril**
- 4. Discussão e votação da proposta do Presidente relativa à não aceitação, para o ano de 2020, da transferência de competências previstas no decreto-lei 57/2019 de 30 de Abril**

Jorge Neves (Presidente da Assembleia de Freguesia)

Estamos em condições de começar esta Assembleia de Freguesia Ordinária de Junho que foi devidamente convocada de acordo com o regimento e a legislação e antes de passar a palavra aos meus colegas de mesa para fazerem a chamada e lerem a ordem de trabalhos, queria informar, que o elemento João Tiago Martins Valente do PSD não pode estar presente e far-se-á substituir pelo seu colega de bancada, José Freixo, que já tomou posse, portanto, em termos regulamentares está tudo em condições.

Manuel Veloso (1º Secretário da mesa da Assembleia de Freguesia)

Procedeu à leitura da Ordem de Trabalhos.

Sílvia Resende (2ª Secretária da mesa da Assembleia de Freguesia)

Procedeu à realização da chamada.

Estiveram presentes os seguintes elementos: Adélia Maria Pires Vicente, Carlos Manuel Borrego Marques, Luís Vicente Barroso, Davide Nunes Jacinto, Diogo Nuno Ribeiro Pita Botelho, Filipe Roque Gonçalves, Helena Maria Bicheira Batista Cunha, João Artur Oliveira Santos, João Manuel Duarte Lopes Vicente, José Domingos Marques Santos Freixo, Jorge Manuel Vieira Neves, José Afonso Bernardo Perquilhas, Luís Miguel Caiola Ribeiro, Maria



Manuela Silva Carvalho, Maria Manuela Vilela Moreira Cabrito Henriques, Manuel Viriato Ramos Veloso, Maria Cândida Viegas Tavares, Rui Manuel Correia Lopes e Sílvia Sofia Pires Resende.

Jorge Neves (Presidente da Assembleia de Freguesia)

Queria só informar, que entraram na mesa por parte do BE um voto de solidariedade para com o Miguel Duarte; uma proposta para uma campanha de adoção e um voto de saudação “Fim a dar às beatas de cigarro”. Estes três documentos foram admitidos pela mesa, estão de acordo com o regimento e eu vou solicitar que seja tirada uma cópia para o representante de cada um dos partidos e também para o Sr. Presidente do Executivo para conhecimento.

Entretanto está aberto o período de inscrições para o Período Antes da Ordem do Dia. Recordo, que neste período há também a intervenção do público e pergunto se alguém se quer inscrever para usar da palavra. Não havendo, está cumprido este ponto.

Luís Barroso (BE)

Muito boa noite a todos. Eu vou apresentar primeiramente o voto de saudação.

Voto de Saudação

“Fim a dar às beatas de cigarro”

As pontas de cigarro, usualmente conhecidas como beatas, são um dos resíduos mais abundantes em todo o Mundo e devido à sua composição, são também tóxicas e perigosas para o ambiente.

Não depositar corretamente uma beata leva que todos os químicos que contem se transportem para a terra e linhas de água (superficiais e subterrâneas) contaminando os solos, recursos hídricos e os organismos vivos que com ela tenham contactos, acabando por entrar na cadeia alimentar e representam um risco para a saúde pública.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Castelo Branco em reunião ordinária de 24 de Junho de 2019, delibera:

1 - Saudar todas as iniciativas institucionais para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária do fumo do tabaco e a medidas de redução do tabagismo.

2 - Saudar a aprovação na Assembleia da República (votos favoráveis de PS, PAN, BE e PEV, votos contra da bancada do CDS-PP e a abstenção de PSD, PCP e de cinco deputados do CDS-PP), do projeto-lei relativo ao fim a dar às beatas de cigarro e que proíbe “o descarte” das beatas para a via pública, e prevê que o Governo promova ações de



sensibilização para esta questão, tanto para os cidadãos como para os responsáveis por estabelecimentos comerciais, que ficam obrigados a dispor de cinzeiros.

Proposta
“Campanha de Adoção”

Adotar um animal de estimação tem várias vantagens: aumenta a autoestima, diminui o *stress*, melhora o estado geral de saúde do proprietário, ajuda a combater a depressão, aumenta a socialização, promove a comunicação, estimula o exercício físico, proporciona momentos de diversão e lazer. Além de tudo isto, apresenta ainda um efeito terapêutico em casos de pessoas convalescentes, crianças com problemas psicomotores, entre outros.

Ao adotar um animal do CRA – Centro de Recolha Animal (canil) além de estar a ganhar um amigo para a vida, permite que seja recolhido outro animal da rua.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Castelo Branco em reunião ordinária de 24 de Junho de 2019, propõe:

- Que o Executivo da Junta de Freguesia promova uma campanha de adoção de animais de estimação (cães e gatos) em parceria com o CRA – Centro de Recolha Animal de Castelo Branco (canil);
- Que crie um pacote de ofertas (esterilização, vacinação, desparasitação, microchip, registo e alimentação (saco de ração) como forma de apoio à adoção.

Relativamente a esta proposta, queria completá-la com uma justificação:

Com a entrada em vigor da Lei nº 27/2016 de 23 de agosto que proíbe o abate como forma de controlo da população dos animais de companhia (cães e gatos), as autarquias locais (Câmara Municipais e Juntas de Freguesia), têm uma responsabilidade acrescida nesta área do ambiente.

Assim, além de terem de criar os Centros de Recolha Oficial de Animais (CROA), e de promoverem a esterilização dos animais, devem também projetar campanhas de sensibilização da população para o não abandono dos animais e para a sua adoção.

Temos o CRA – Centro de recolha Animal de Castelo Branco (canil) com muitos animais para adoção, pelo que esta proposta faz todo o sentido.

Por um lado, a crescente conscientização de que os animais de companhia são seres vivos dotados de sensibilidade (Lei nº 8/2017 de 3 de março), pelo que devem fazer parte das nossas vidas.

Por outro lado, a Junta de Freguesia de Castelo Branco não pode remeter-se só ao processo administrativo de registo e licenciamento destes animais no SICAFE - Sistema de Identificação de Caninos, e cobrar as respetivas taxas.



Deve ter uma ação proactiva nesta viragem civilizacional que esta a ocorrer no que diz respeito aos animais de companhia e ao seu incrível mundo.

Voto de Solidariedade

“Para com Miguel Duarte”

Temos de dizer obrigado ao Miguel Duarte e a pessoas como ele que sem ganharem nada vão para o Mediterrâneo salvar vidas. Estão a respeitar as convenções internacionais e a fazer de nós melhores pessoas.

Este jovem ativista português, vai ser julgado em Itália com outros nove companheiros que participaram na missão humanitária de salvar vidas no Mediterrâneo em 2016 e 2017.

A perseguição a estas missões por parte do governo de extrema-direita resultou num processo judicial que acusa Miguel Duarte e os restantes ativistas de auxílio à imigração ilegal.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Castelo Branco em reunião ordinária de 24 de Junho de 2019, delibera:

- Manifestar a sua solidariedade a Miguel Duarte e apela ao governo Português que tenha uma palavra muito clara de reprovação pelo que está a acontecer neste processo, e que lhe dê todo o apoio necessário, nesta acusação que devia simplesmente acabar, porque é absurda.

Vou justificar este voto com o seguinte:

Sem dúvida que o grande escândalo moral dos nossos tempos é como foi possível o mediterrâneo tornar-se um cemitério de refugiados.

Matteo Salvini, primeiro-ministro Italiano, é o criminoso que viola princípios internacionais legais como o auxílio no primeiro porto disponível ou a interdição do rechaçamento de possíveis requerentes de asilo.

A obrigação de resgatar náufragos é um dos princípios morais mais antigos da humanidade. Um náufrago salva-se sempre.

O que Miguel Duarte fez está previsto na legislação Portuguesa como uma obrigação e não um crime: chama-se “dever de auxílio”.

É este princípio simples que a ação abnegada de Miguel Duarte e dos seus companheiros nos lembra e deveria inspirar, quando os governos nacionais não respondem a esta urgência.

A cidadania não pode ficar quieta, pelo que este voto de solidariedade faz todo o sentido.



Jorge Neves (Presidente da Assembleia de Freguesia)

Luís, desculpe lá, mas eu também não entendi a pertinência de apresentar isto agora ou no fim... Quem dirige os trabalhos é a mesa e a norma é que as propostas, moções e votos, são apresentados no final e depois as pessoas pronunciam-se. O Luís pediu para intervir, fê-lo, agora a mesa fará a gestão dos trabalhos.

Filipe Roque (PSD)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e colegas da mesa

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia e seus membros do Executivo

Deputados desta Assembleia e todos os fregueses presentes

Boa noite a todos.

Início a minha intervenção, dando enfoque à última Assembleia de Freguesia Extraordinária, na Sede de Melhoramentos em Lentiscais, no dia 24 de Abril de 2019. Sem qualquer tipo de presunção da nossa parte porque abertamente o dissemos no nosso programa eleitoral, foi uma bandeira do PSD dar maior visibilidade quer aos Lentiscais quer à Taberna Seca no que toca a uma agenda política e daí achámos fundamental esta iniciativa, não só pela importância do momento, mas, pela descentralização destas assembleias.

Felicitemos a iniciativa e achamos importante dar continuidade do mesmo género, ou pelo menos, uma vez por ano fazer-se uma assembleia descentralizada em cada uma das nossas anexas.

Fica o nosso reforço!

Entrámos no Verão e muitas das nossas crianças já estão de férias! Como é habitual na nossa cidade, nos meses de Julho e Agosto o calor aperta e as temperaturas chegam mesmo a atingir níveis elevados e dos mais altos de Portugal (embora este mês de Julho esteja um pouco estranho), fazendo com que muitas pessoas frequentem os espaços de recreação aquáticos quer da nossa cidade, quer do concelho.

Muitos albicastrenses e não só, frequentam a nossa magnífica Piscina Praia de Castelo Branco durante este período, sabendo todos nós, e como é público, a faturação neste período da Empresa Municipal Albigec através das entradas neste espaço.

Como é também normal, entram muitas famílias com filhos, e como comportamento habitual, os devidos cuidados a ter com o sol, a frequência na parte da manhã e / ou tarde, ou ainda voltar ao fim da tarde. O espaço com pouca oferta no que toca a sombra natural e também algo discutível ao nível dos preços das refeições cobradas, no que diz respeito, à variável qualidade/preço, embora eu saiba que os valores praticados são da exclusiva responsabilidade da empresa a quem o espaço é concessionado para o efeito.



Num só dia, uma família que se desloque (pai, mãe e filho menor) fica a 10,20€, a entrada na piscina somando mais alguma verba no que se possa comprar dentro das instalações...e já não estou a falar no aluguer das espreguiçadeiras e dos toldos/guarda-sol, que são manifestamente poucos.

No futuro, queremos atempadamente, voltar a falar sobre este assunto, porque, é de interesse para toda a comunidade!

Quero ainda congratular todos os envolvidos nos diversos eventos desportivos e culturais realizados pela cidade, especialmente este mês pelas diversas associações, clubes, algumas delas, em parceria com esta Junta de Freguesia, mas queria destacar um, O Rally de Castelo Branco, que de facto, é já uma bandeira da cidade com uma organização de excelência pela ESCUDERIA DE CASTELO BRANCO!

Termino este momento, desejando umas boas férias para todos os presentes.

Obrigado pela vossa atenção!

Cândida Tavares (PSD)

Exmos. Senhores

Presidente e membros da Assembleia de Freguesia de Castelo Branco

Presidente da Junta de Freguesia e restantes elementos do Executivo

Caros funcionários

Minhas senhoras e meus senhores

Boa noite!

As férias escolares geram sempre uma enorme preocupação e ansiedade às famílias.

Poder contar com o apoio dos avós e familiares para ficarem com as crianças e jovens nestas alturas, minimiza de certo modo esta tensão. No entanto, a maioria dos pais depara-se frequentemente com o dilema de como manter os filhos ocupados durante as férias, tendo, por isso, imensas dúvidas e dificuldades em relação a que programa será mais adequado para os interesses das crianças e se deverão recorrer a algum serviço externo ou não.

Em primeiro lugar, as férias escolares apresentam um grande impacto sobre o orçamento familiar. Dependendo do número de filhos dentro do agregado, as ocupações extraescolares durante o Verão condicionam fortemente as escolhas para as "férias grandes" da família. De facto, os programas promovidos por entidades particulares para a ocupação saudável das crianças e jovens são geralmente dispendiosos e os custos tornam-se inoportáveis para muitas famílias.



Desta forma, assimetrias presentes na nossa sociedade, sobretudo de natureza económica, forçam muitos pais a deixar os jovens entregues a si próprios nas férias, criando uma fonte adicional de *stress* e preocupação constante.

Para o próximo ano letivo o impacto que o alargamento para três semanas de férias de Natal pode ter nas famílias é referido pelo presidente da Confap no Público a 18 de junho de 2019, como “uma dificuldade acrescida que a escola pública traz às famílias” acrescentando ainda que “mais uma vez, aqueles que não podem, que não têm tanta capacidade financeira acabam por ser prejudicados”.

Nos períodos de férias escolares em Portugal as juntas de freguesia, câmaras municipais, bibliotecas municipais e museus organizam atividades para as crianças e jovens.

Em Castelo Branco o Serviço Educativo Municipal para as Artes no Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco realizou o ATL de Páscoa entre 8 a 12 de abril das 9 às 18 horas atribuindo a comparticipação dos escalões do subsídio escolar.

No âmbito de oficinas de verão o Serviço Educativo da Fundação Manuel Cargaleiro irá proporcionar, este ano, às crianças dos 6 aos 10 anos atividades ligadas à arte nas semanas de 25 a 28 de junho e de 02 a 05 de julho das 14 às 18 horas, com custo associado de 15€ por semana e nas duas semanas o valor é de 25€.

Através do *Coolworking*, projeto de empreendedorismo infantil e juvenil irá decorrer neste verão o “ATL Empreendedor Express” nas semanas de 8 a 12 de Julho e de 15 a 19 de Julho destinado aos alunos do 4º ano, 2º ciclo e secundário.

A “Ciência Viva no Verão” promovido gratuitamente em todo o país, decorre habitualmente durante uma semana, para os alunos do secundário, na Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

O Instituto Português do Desporto e Juventude de Castelo Branco promove para os jovens a OTL e o Programa Férias em Movimento, entre outros.

As Atividades de Tempos Livres (ATL) para os mais novos, promovidas pelas Associações de Pais dos agrupamentos de escolas e pelas entidades particulares, disponibilizam atualmente uma razoável oferta com o fim mais ocupacional e lúdico.

Por outro lado, os campos de férias e as colónias apresentam-se também como soluções adequadas para pais preocupados, centrando-se, sobretudo, em atividades educativas, desportivas e lúdicas, tendo, também, um foco em períodos mais longos que os ATL.

No entanto, e apesar da oferta existente, a divulgação dos programas e serviços para jovens precisa ser melhorada. Os campos de férias particulares, que se encontram espalhados por todo o país, constituem uma alternativa bastante atrativa, sempre que as condições financeiras da família o permitem.



É neste contexto que destacamos a importância que teve noutros tempos a Colónia Balnear de Castelo Branco, na Praia da Areia Branca, na Lourinhã. Inaugurada em 1974 pela extinta Assembleia Distrital de Castelo Branco, recebeu todos os verões crianças e adolescentes do distrito até 2007. Em 2008, deixou de abrir “por falta de condições na cozinha, refeitório e parque infantil” conforme referido no Jornal do Fundão a 30/08/2018, Lusa a 31/08/2018, Alvorada a 11/09/2018 e Povo da Beira.

Estas notícias remetem ainda para o impacto ambiental e paisagístico negativo que representa na praia, o edifício degradado e abandonado há mais de uma década, tendo motivado a câmara local a “exigir uma solução urgente” para o imóvel agora pertencente à Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB).

Na serra da Gardunha a antiga Colónia de Férias de Média Altitude, no Louriçal do Campo, ficou bastante degradada após os incêndios do verão de 2017.

Face ao exposto, acredito que a reabilitação das antigas colónias de férias seria do interesse da comunidade albacastrense, proporcionando mais e melhores alternativas aos pais preocupados que pretendem assegurar uma ocupação recreativa saudável para os seus filhos. Não só se estaria a proporcionar um maior contacto com a natureza (praia e/ou montanhas), como também as atividades permitiriam aos mais jovens desenvolver capacidades como a autonomia e outras competências sociais.

Note-se que esta medida irá, igualmente, criar novos postos de trabalho temporário, durante o Verão, para professores e educadores desempregados, estudantes e jovens recém-licenciados, entre outros. Ou seja, proporcionará um maior dinamismo socioeconómico a estas áreas, que há muito sofrem do fenómeno da desertificação.

Como tal, acredito que o Poder Local deve ter um papel preponderante nesta iniciativa, fomentando a discussão sobre a importância das Colónias de Férias e tomando todas as diligências necessárias para que o projeto se possa concretizar.

Por outro lado, o Poder Local deverá também intervir servindo de mediador entre campos de férias existentes noutros pontos do país e pais que queiram proporcionar atividades diferentes aos seus filhos, e, em especial, experiências que não são possíveis de obter no município de Castelo Branco.

E porque os jovens são o futuro, e na política o lema é servir as pessoas e proporcionar o bem-estar social, devemos dar o nosso contributo para inverter as desigualdades sociais e proporcionar o acesso e a igualdade de oportunidades a todos. Como tal, proponho, por último, que a Junta de Freguesia assuma uma posição mais ativa na divulgação da oferta de atividades existentes, para que os pais possam tomar decisões mais informadas, contribuindo assim para a redução da assimetria de informação e para o combate às desigualdades sociais.



Votos de umas boas e revigorantes férias para todos!

José Freixo (PSD)

Digníssimo Presidente da Assembleia e respetiva mesa

Senhor Presidente da Junta e Executivo

Senhores Jornalistas

Colegas da Assembleia

Minhas senhoras e meus senhores.

As poucas vezes que eu me dirijo aqui não é para dizer mal nem caluniar ninguém. A verdade é que venho sempre solicitar dois pedidos ao Sr. Presidente cada vez que substituo esse meu colega. Senhor Presidente, esta cidade tão maravilhosa onde eu fui criado (aqui neste largo) merecia ter uma coisa que tem e que não está a funcionar, que se chama parque de campismo. Não é por eu ser campista, adoro campismo, faço-o há vinte anos, tenho uma rulote no parque da Idanha que retirei no final do mês passado e levei-a para outro parque porque se está também a degradar. No ano passado, vieram alguns colegas meus com as suas rulotes para me visitar, estivemos uma hora e meia à porta do parque onde havia um papel que dizia - volto já - e ninguém voltou. É pena porque o parque tem umas sombras maravilhosas e no verão ia trazer muita gente principalmente de Castelo Branco e que têm as suas rulotes fora da cidade.

O segundo pedido ao Sr. Presidente: há tempos falou num grande poeta, amigo, professor, António Salvado e existiu também em Castelo Branco um grande poeta, compositor e autor, o único que até hoje fez o Hino Nacional da Cidade de Castelo Branco que é "Ó Castelo Branco Ó Castelo Branco", a "Senhora do Almortão", que foi Arlindo de Carvalho. Merecia com certeza absoluta nesta cidade uma pequena homenagem.

Podem pensar que me estou a preparar para qualquer coisa mas nunca na vida quereirei nada da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia. Fui cinquenta anos artista, trabalhava por minha conta, em 1983 fui considerado um dos melhores ventríloquos do mundo e em 1986 o melhor ventríloquo da Europa. Fui o único artista português até hoje no mundo, a fazer seis anos e meio de televisão com um programa diário. Fui o único artista português até hoje a correr os casinos todos durante dez anos. Corri o mundo mas não quero nada de ninguém. A única coisa que quero, são os meus amigos para eu cumprimentar, conversar, rir, contar anedotas... Isso é que eu quero. E quero, com certeza, defender todos aqueles que são albicastrenses, que são da Beira Baixa e relembrar grandes nomes que cá tivemos, como já o fiz há tempos. Tivemos o maior vendedor de jornais da cidade de Castelo Branco, o Zé Gavetas, toda a gente o conhecia, e há nomes que nós não podemos esquecer como Eugénia Lima, uma das melhores acordeonistas do mundo.



Era só isso que eu queria pedir ao Sr. Presidente e desejar-vos um resto de noite muito feliz e que Deus vos guarde.

Obrigado.

Carlos Marques (PSD)

Boa noite Sr. Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia e restantes elementos

Senhor Presidente da Junta de Freguesia e membros do Executivo

Membros da Assembleia de Freguesia

Fregueses

Representantes da comunicação social.

Depois desta intervenção do meu companheiro fiquei comovido porque me lembrei de quando eu era rapazote...

Aquilo que eu vou dizer não é bem da intervenção da Junta mas de qualquer maneira podemos encaixar o tema. Claro que a Junta de Freguesia tem limitações financeiras, técnicas e humanas e fundamentalmente tem a ver com a questão das competências e de problemas que muitas vezes surgem de decisões de obras que são feitas sempre a montante e que depois os fregueses e a Junta de Freguesia apanham os "cacos".

Vou falar acerca do parque de desporto, aquele que permite passear junto da piscina, todo aquele espaço envolvente que eu acho extraordinário. Por necessidade física comecei a utilizá-lo e agora faço-o por prazer.

A manutenção do parque está a ser feita duma forma adequada, é uma empresa que me parece que de uma forma continuada quando acaba num sítio começa noutra, vai limpando as árvores o que não é fácil porque elas vão crescendo com bastante facilidade. Por outro lado, tenho que referir que a questão da utilização do parque pelos cidadãos não está atrativa, falta ali algo... talvez um funcionário.

Relativamente àquela escola de condução, até agora nunca lá vi movimento algum nem crianças a aprender, o que me dá a ideia que deve haver algumas dificuldades na questão dos protocolos, e tendo em conta que já terminou o ano escolar, é possível que o problema seja não só da Junta mas também das escolas. Mas quem sobe aquela circular que é paralela à estrada nacional quando chega ao cimo fica surpreendido pela negativa: o passeio acaba, a parte do viaduto das bicicletas termina abruptamente; os passeios não existem ou estão cheios de ervas e pedras, são impraticáveis; as pessoas que vêm a caminhar têm que obrigatoriamente passar para a parte da circulação dos automóveis e aquilo que eu tenho visto ultimamente é que há um acréscimo de trânsito motor inclusivamente camiões de carga, bicicletas e as famosas trotinetes que são usadas



fundamentalmente pelos estudantes que frequentam as escolas de Artes, Enfermagem e de Tecnologia.

Penso que seria bom que a Junta de Freguesia juntamente com a Câmara, fizessem com que esse espaço fosse continuado: os passeios, a parte das ciclovias desse a volta ficando mais harmonioso e não dava a ideia de algo que está inacabado. Eu não entendo porque é que metade do passeio está feito e o resto não... dá mau aspeto inclusivamente agora não está limpo e as ervas estão altas. E quando se chega ao fundo dessa rua do lado direito, há um equipamento que sempre me fez alguma confusão. Não é que seja feio, que fira o ambiente mas eu gostava de saber o que é aquilo. É uma garagem? É bonito demais para se tratar de uma garagem. Tem uma frontaria toda em vidro, as paredes de lado também são em vidro mas não há uma identificação do local. O que é aquilo? Estou a falar de um equipamento de vidro que tem três ou quatro máquinas que presumo que sejam da Junta Autónoma da Estradas. O espaço em si até está agradável mas quem é o proprietário? Se é para visitar, o horário de visitas? Se não é para visitar, qual o seu significado?

Era esta só recomendação, eu acho que aquele equipamento já está ali há uma série de anos, o espaço não está feio, está bem integrado, a acessibilidade não está muito bem mas escapa mas o edifício o que em si merecia ali uma placa a explicar o que é que cada máquina fazia, alguém que explicasse aos miúdos porque eu sei o que é que elas fazem mas a maior parte dos jovens de agora já não conhece aquelas máquinas, e seria importante nesse aspeto.

Bem haja a todos, boa noite e boas férias.

Manuela Carvalho (CDU)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e respetiva mesa

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia e respetivos membros do Executivo

Senhores e Senhoras membros desta Assembleia

Estimadas funcionárias

Representantes da comunicação social

Senhores do público

Boa noite.

Venho aqui colocar duas questões: primeiro que tudo, congratulamo-nos pelo facto de ter sido feita a Assembleia de Freguesia do dia 24 de Abril nos Lentiscais, não sendo a primeira vez que foi descentralizada e que lá foi feita, é de extrema importância devido à história dessa anexa e até pela participação das suas gentes, fazem-nos sentir que vale a pena.



A outra questão são queixas que provavelmente o Executivo e o Sr. Presidente já têm conhecimento e que poderíamos alterar, penso que estará nas nossas mãos. Tivemos eleições há pouco tempo obviamente que houve muitas alterações em relação ao procedimento, anteriormente eram as mesas agora são os nomes, chegaram-nos várias queixas que poderão ser alteradas porque a Junta também participa nisso, em relação a locais com escadas, a secção de voto da Casa do Arco do Bispo, a gente entende que é um edifício que está recuperado mas as pessoas de idade tiveram imensas dificuldades. Muitas queixas também em relação ao Cine-Teatro por causa de estarem lá em cima três mesas juntas, quando havia muita gente a querer votar aquilo de facto era um caos e eu também fui na hora que não devia. Penso que somos das poucas Juntas que agora com a nova lei podemos ir até aos 1.500 eleitores que em vez de diminuir as mesas aumentámos. Acho que em algumas não tem lógica nenhuma, estou a falar por exemplo na Fábrica da Criatividade que ao fim de alguns anos sem estar com as mesas este ano lá teve que ser, e há lá duas mesas com pouquíssimos eleitores que podiam estar perfeitamente juntas, introduzindo os nomes uns nos outros, penso que não haveria grandes problemas, mas isto somos nós que dizemos.

Outra coisa, e isso sim cabe-nos a nós que aqui estamos, quando é para eleger os membros das mesas temos em atenção as pessoas que enviamos para lá. Obviamente que temos que dar seguimento, os jovens têm que aprender, têm que começar, temos que ser substituídos mas pelo menos (não sou eu que vou intrometer-me na vossa maneira de trabalhar) uma reunião ou formação porque houve diversos problemas em várias mesas. Eu estive numa mesa de apuramento e de facto foi um caos.

Mas a boa notícia é que Castelo Branco não foi dos concelhos piores até pelo contrário.



Davide Jacinto (PS)

Exmo. Sr. Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia

Senhores Secretários

Senhor Presidente do Executivo e restantes membros

Colegas da Assembleia

Senhoras funcionárias

Público em geral

Boa noite a todos.

Celebrar Abril

No dia 24 de Abril de 2019, pelas 21 horas, no salão de festas da Associação de Melhoramentos de Lentiscais, realizou-se a Assembleia de Freguesia comemorativa do 45º aniversário do 25 de Abril de 1974.

No dia 25 de Abril de 2019, no período da manhã, a meia maratona Castelo Branco – Alcains comemorativa da mesma data.

No dia 25 de Abril de 2019, pelas 15 horas, no recinto da antiga escola primária de Lentiscais uma confraternização com a população.

De referir que todas estas ações tiveram uma fortíssima adesão popular.

Três iniciativas singelas, autênticas, participadas e de cariz marcadamente popular. No essencial, as três tiveram em comum uma intenção – mostrar que Abril está vivo e que os valores de então continuam presentes.

Contudo, e apesar disso, as evidências mostram-nos que vivemos tempos conturbados, em que os falsos Salvadores da Pátria se multiplicam um pouco por todo o lado, vendendo ilusões e socorrendo-se de todas as artimanhas para se imporem; tempos em que a xenofobia, o racismo, os velhos nacionalismos constituem a doutrina dos saudosistas de passados enganadoramente gloriosos; tempos em que os poderosos se comportam como loucos, acreditando que existem realidades alternativas ou planetas B; tempos em que o fosso entre ricos e pobres se acentua; tempos em que a paz mundial se vê seriamente comprometida; tempos em que as tendências justicialistas de alguns ameaçam o primado da lei; tempos em que o interesse pessoal se sobrepõe ao coletivo; tempos em que os ardilosos *lobies* da contra informação transformam a mentira em verdade incontornável.

Então, estimados membros desta Assembleia, se é este o atual estado do mundo, comemorar Abril é um dever, defendê-lo é um imperativo de todos os verdadeiros democratas.



À Junta de Freguesia, o meu reconhecimento pelas iniciativas.

Luís Caiola (PS)

Exmo. Sr. Presidente da mesa da Assembleia permita-me, que na sua pessoa cumprimente todos os presentes, boa noite.

Neste último trimestre tivemos oportunidade de ver mais uma vez, a dinâmica desta Junta de Freguesia no seu apoio e contribuição às atividades desportivas que se foram repetindo e realizando nesta freguesia e junto dos nossos fregueses. Assim, e podendo resumir que todas elas envolveram um grande número de participantes e que muitas foram realmente dedicadas à juventude e é neles que está o futuro (como já alguém disse) era aqui que eu queria dar os parabéns à nossa Junta de Freguesia na pessoa do Sr. Presidente e dizer-lhe, que da minha parte e julgo que da grande esmagadora maioria dos fregueses com quem fui falando, esse apoio está presente em todos eles.

Passava só a recordar alguns eventos:

No Basquetebol, o Torneio da Páscoa Freguesia de Castelo Branco organizado pelo ADA;

A Meia Maratona Castelo Branco-Alcains que o Davide referiu, organizada pela Associação de Atletismo com a colaboração da nossa Junta;

A atividade Física, Mexe o Coração;

O FESTAND 2ª Festa do Miniandebol Freguesia de Castelo Branco, organizado pela Associação Desportiva de Andebol Albicastrense;

O Campeonato Regional de Futebol de Rua, que permitiu o apuramento de um conjunto de jovens que se distinguiram durante este torneio e que foram precisamente representar a nossa cidade;

O IV Campeonato Nacional de Ténis de Mesa e aqui um frisar muito especial, nos *Special Olympics* com crianças e indivíduos com algumas dificuldades físicas e motoras;

O Futebol de 7 - XVI Torneio de Futebol de 7, organizado pela Associação do Valongo e desde já os meus parabéns ao Filipe Roque como Coordenador dessa Associação. Ele sabe o trabalho que isto dá e o que estamos sujeitos a ouvir...

Neste fim-de-semana a Taça Nacional de Kempo, organizada pela Associação da Carapalha, os parabéns ao Zé Perquilhas;

O Rali de Castelo Branco, não está ninguém da Escuderia a quem eu possa endereçar os parabéns mas já alguém o fez e de uma maneira muito elucidativa porque vem sendo cada vez mais uma marca dentro dos eventos desportivos da nossa cidade.

Enfim, algumas questões se levantam: se o investimento se justifica; se o retorno compensa. Eu li no outro dia que 1 euro investido no desporto são 3 euros poupados no combate da doença. Penso que isto diz alguma coisa e que se em termos de retorno



estamos à procura de algum, vamos dar saúde à nossa juventude, alegria, vamos deixá-los crescer dentro do sonho, daquilo que eles ambicionam e não seremos nós que lhes vamos cortar essa expectativa/perspetiva. E também porque temos condições excelentes, o Carlos reconheceu-o, a nossa zona de lazer é elogiada por quem nos visita de Norte a Sul do país, eu como presidente de um clube que já esteve vários anos nos campeonatos nacionais, já passaram por aqui muitos clubes e todos formam unânimes em elogiar as nossas infraestruturas, a nossa maneira de ser/estar.

Acho que por tudo isto vivemos e já o disse na última Assembleia, numa cidade de excelência, temos é que procurar ser felizes. Aquilo que estiver menos bom porque nada nem ninguém é perfeito, julgo que com a colaboração de todos deverá ser melhorado.

Uma boa noite e boas férias.

Adélia Vicente (PS)

Castelo Branco é hoje uma cidade rica em eventos de natureza diversa, dispersos por áreas que vão da cultura ao desporto, da produção literária à pintura, da música erudita ao folclore, do artesanato à gastronomia, enfim, manifestações que pela sua abrangência suscitam o interesse e a participação de um público diversificado, atraído em função de gostos e interesses pessoais, de oportunidade, não raras vezes de simples curiosidade. No meio de toda esta PANÓPLIA de ofertas, os resultados traduzem-se sempre numa equação muito linear – os que criticam e os que aplaudem.

No caso de que vos vou falar, faço desde já a minha declaração de aplauso incondicional. Aplauso aos promotores das iniciativas, concretamente a ADM ESTRELA – CASA DE ACOLHIMENTO DE JOVENS de Castelo Branco e à APPACDM de Castelo Branco, aos participantes e, de forma muito especial, à Junta de Freguesia de Castelo Branco que apoiou as iniciativas de que vos vou dar conta.

Passemos aos factos.

Dia 25 de Maio, zona de lazer de Castelo Branco, Campeonato Regional de Futebol de Rua, com a participação de 9 equipas representadas por cerca de 70 atletas, de entre os quais viriam a ser escolhidos os participantes na seleção distrital que irá competir no Campeonato Nacional de Futebol de Rua, a disputar na ilha do Faial, entre 22 e 26 de Outubro.

Dia 28 de Maio, no pavilhão da Escola João Roiz, realização do IV Campeonato Nacional de Ténis de Mesa SPECIAL OLYMPICS. Participação de cerca de 50 atletas em representação da APPACDM de Castelo Branco, ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA de Castelo Branco, APPACDM da Covilhã, CERCi da Guarda e COOPERATIVA VARIOS de Tondela.



Passemos de seguida a justificar a escolha dos dois acontecimentos desportivos, que à primeira vista, têm em comum apenas isso, serem acontecimentos desportivos. Contudo, se nos informarmos e refletirmos um pouco sobre a natureza e o foco das iniciativas, constaremos que ambas se dirigem a públicos muito específicos - cidadãos com carências diversas mas, todas elas, evidenciando necessidades muito concretas.

No primeiro caso, falamos de jovens oriundos de meios sociais complicados, com um histórico ligado a percursos sinuosos, mais ou menos marginais, todos eles a necessitarem de segundas oportunidades.

No segundo caso, referimo-nos a jovens e adultos portadores de deficiência igualmente carentes e ansiosos por reconhecimento e visibilidade.

Para uns, o Futebol de Rua poderá constituir a sua segunda oportunidade; para os outros, o desporto, no caso vertente o Ténis de Mesa, dar-lhes-á o reconhecimento e a visibilidade por que anseiam.

Para uns e outros este poderá ser o caminho para a sua plena integração nas comunidades a que pertencem.

Proporcionando-lhes motivação, reforço da autonomia e da auto estima, sentido de responsabilidade, disciplina, organização, afetos, compreensão, o DESPORTO, nas suas múltiplas vertentes, pode constituir a pedra de toque para a coesão social que constitui a imagem de marca das sociedades verdadeiramente evoluídas. Foram estas as razões do meu aplauso prévio e incondicional – existem muitas formas de contribuir para uma sociedade mais justa, mais plural, mais autêntica - a que vos relatei, pode muito bem ser uma delas. Aos que a tornaram possível, à Junta de Freguesia em particular, o meu sentido bem hajam.

João Vicente (PS)

Muito boa noite. Na pessoa do Sr. Presidente cumprimento todos os presentes.

Quando estava a preparar esta reunião e porque faltei à última Assembleia Ordinária pela primeira vez (até então ainda era totalista de presenças) ao consultar a ata para ver mais ou menos em que ponto se tinha ficado, constatei, que foi aqui o nosso colega Luís Barroso que levantou uma questão (eu também já tinha vindo a pensar nela) acerca da frequência do público nas nossas reuniões. De facto dou conta do mesmo, aliás, se não estou em erro e a menos que nesta Assembleia Ordinária de Abril tenha aparecido alguém de público, eu contei apenas uma intervenção e realmente é algo que também me deixa triste. Mas ao contrário das considerações que se fazem, já ouvi aqui que tal será da responsabilidade da Junta de Freguesia, alguma falha da comunicação, penso que não até por uma razão muito simples: do grupo de pessoas que eu conheço, quando é à segunda ou quinta-feira



(conforme são as reuniões) dizem-me - hoje à noite já tens que fazer - ou seja, as pessoas vão sabendo pelos jornais, nas redes sociais. Nesse aspeto não partilho de quem diz que a Junta de Freguesia falha na divulgação dos eventos, das Assembleias e penso que nós continuamos a estar com um problema que é transversal, não é exclusivo de Castelo Branco. Penso que não é um problema patológico dos albicastrenses faltar às reuniões dos nossos órgãos, é um problema que vem de norte a sul do país.

É pena porque acredito que cada albicastrense terá uma palavra a dizer sobre os assuntos da Junta de Freguesia que nos movem e nos trazem aqui.

É lógico que não estamos todos de acordo, temos batido muito nessa tecla mas eu João Vicente, considero muito mais valioso e enriquecedor chegar aqui e ter pessoas à minha frente que concordam ou não comigo, cada um de nós pensa da sua maneira, tem uma ideia para a cidade, eu represento um partido político e naturalmente que nós não estamos sempre cem por cento de acordo, da mesma maneira que os nossos colegas que representam os seus partidos porque cada cabeça tem a sua vida, a sua maneira de ver as coisas e é isso que nos enriquece e também à democracia.

Tenho visto com muita pena que os nossos fregueses não apareçam mais vezes porque também têm uma ideia que nós aqui não fazemos/dizemos nada de jeito.

Este é um primeiro mandato, eu quando tomei posse e como disse na altura, é a primeira vez que faço parte de um órgão tanto da Assembleia de Freguesia como Municipal e considero que tenho aprendido bastante. Penso que seria muito bom e saudável que mais pessoas viessem e pudessem ver e constatar que realmente não há nada de estranho e que na Assembleia de Freguesia fala-se de muita coisa e até da nossa história e cultura.

Luís Barroso (BE)

Boa noite a todas e a todos os presentes.

Verifico que a comunicação social não quer nada com a Assembleia de Freguesia de Castelo Branco, e prima, mais uma vez, pela ausência.

A participação dos órgãos de comunicação social nas atividades públicas enriquece o pluralismo informativo e o próprio regime democrático.

Não sei se o recente criado gabinete de comunicação da Junta de Freguesia de Castelo Branco, teve o cuidado de encaminhar para todos os órgãos de comunicação social (jornais e rádios), a convocatória e o respetivo convite para estarem presentes.

Tinham aqui uma boa oportunidade de "mostrar serviço".

Internamente foi pior a "emenda que o soneto". Na página do facebook da freguesia foi colocada a convocatória e a ordem de trabalhos, quando faltavam quatro horas para a



mesma começar! (como é possível?!), e por “pressão” de alguém nas redes sociais. No site está de tal forma que não se consegue ler nada.

É assim que querem promover a participação dos cidadãos?!. Como alguém disse: Não incomodem se fazem favor!

Quanto aos jornalistas e jornais, bem sei que estes últimos dias têm sido “agitados” politicamente, e “material” não falta aos mesmos.

Razão tinha José Saramago – *“O grande problema do nosso sistema democrático é que permite fazer coisas nada democráticas democraticamente”*.

“Isto assenta que nem uma luva” a muita boa gente que anda na política!

No que diz respeito ao público, resolveu ir celebrar o S. João (talvez a data para a realização desta Assembleia não tenha sido a mais indicada). Mais uma vez deixam que os outros decidam por si.

Precisamos de ter capacidade de pensar criticamente porque isso nos torna melhores enquanto cidadãos e é bom para a democracia.

Os poucos que estão presentes preocupam-se em exercer a sua cidadania. Obrigado por terem vindo.

Voltando ao gabinete de comunicação, quero dizer-vos que foi com alguma admiração e expectativa que reparei, através do correio eletrónico que recebi com o convite para o lançamento na Casa do Arco do Bispo do livro infantil “A Bruxa Surfista e os Guardiões do Oceano”, da autoria de Sara Poças, que o mesmo existia.

Quais teriam sido as motivações políticas ou organizativas que levaram o executivo a ter necessidade de criar esta “unidade orgânica”.

Se me permitem, gostaria de deixar algumas questões para alguém me responder, porque entendo que esta “criação” se inclui nas competências de apreciação e fiscalização da Assembleia de Freguesia (Artigo 9º - Ponto 2, alínea i) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

- Quem faz parte deste gabinete de comunicação?

- Quais as competências que tem?

- Que custo tem para a freguesia?

Não seria mais urgente e prioritário que fosse instalado um gabinete de apoio aos seniores da freguesia?!

- Este gabinete seria uma fonte de informação sobre as ansiedades desta população envelhecida, de poucos recursos que a sociedade em geral tende a esquecer e a marginalizar.

- Serviria para prestar esclarecimentos e encaminhar os seniores para as medidas políticas que vão sendo criadas em seu favor e que muitos desconhecem.



- Recolheria sugestões para melhorar na nossa freguesia diversas situações (mobilidade, transportes, jardins, espaços públicos, ruas, etc) e, particularmente, sobre a zona histórica, que está uma "vergonha", sem que a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia tenham ação política para resolver os muitos problemas existentes.

Os moradores estão a organizar-se e muito bem, através de um grupo informar no facebook, uma das redes sociais que existe, redes sociais que são tão criticadas pelos agentes autárquicos e pelos seus "peões de brega".

Esperamos que não sejam condicionadas de forma alguma, e tenham os pressupostos "críticos" e "reivindicativos" que estiveram na origem da criação do grupo.

Pensar diferente não configura um delito, por isso é necessário respeitar aqueles que têm uma opinião diferente.

Já agora, onde estão as conclusões do estudo mandado fazer, há mais de um ano, pelo executivo da Junta de Freguesia em articulação com os alunos finalistas da licenciatura em Fisioterapia da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, das condições de mobilidade e segurança, com incidência dentro das casas e nas zonas envolventes, dos moradores da zona histórica da nossa cidade?

Não quero acreditar que estamos na presença de um "flop" político do executivo da Junta de Freguesia de Castelo Branco.

Agora façamos o ponto e mudemos de assunto sim!

Não foi há muito tempo que ouvi desta tribuna alguém dizer que *na política não vale tudo e que devíamos ser sérios.*

Não posso estar mais de acordo com tais afirmações.

Será que ser sério e não valer tudo, é afirmar perante um salão cheio de fregueses nos Lentisciais e no dia 24 de abril, que hoje, nesta Assembleia de Freguesia (esta na ata), que iria ser apresentado para discussão:

- A revisão do Regulamento do Fundo Social da Freguesia, o Regulamento de Atribuição de Apoios pela Freguesia de Castelo Branco, o Regulamento do Orçamento Participativo Jovem da Freguesia de Castelo Branco para o Ambiente.

- Que teríamos a funcionar um novo *site* da Freguesia de Castelo Branco, que facilitaria a relação administrativa dos cidadãos com a freguesia e potenciara a desmaterialização de alguns atos administrativos.

Como vemos nada foi apresentado. Não houve tempo, ou coragem política para o fazer?

Não estamos perante a mania das grandezas?!

Que se passou Sr. Presidente Leopoldo Rodrigues?!

Quanto ao novo *site*, é a prova provada da incapacidade, da teimosia, da impotência e essencialmente do "medo"!



Desculpem-me, mas já me dá “náuseas” falar deste assunto.

Termino com António Aleixo o poeta do povo.

Sem que o discurso eu pedisse, ele falou, e eu escutei. Gostei do que ele não disse, do que disse não gostei!

Jorge Neves (Presidente a Assembleia de Freguesia)

Está concluída esta parte, dou agora a palavra a quem quiser pronunciar-se acerca da proposta, do voto de saudação e voto de solidariedade.

João Vicente (PS)

Muito boa noite mais uma vez.

Sobre as três moções apresentadas pelo BE, temos aqui duas situações distintas: em relação à moção das beatas de cigarro e do voto de solidariedade para com o Miguel Duarte, a bancada do partido socialista vai votar a favor, estamos totalmente de acordo, são questões de sensibilidade ética, moral, que nós comungamos, portanto, não vemos porque não apoiar esta medida.

Em relação à campanha de adoção, põe-se aquela questão que na Assembleia de Setembro do ano passado também se colocou que teve a ver com o “Dia Europeu sem Carros” que o colega propôs, e um dos pontos que lá frisa é que pode envolver meios financeiros e considero que a altura mais adequada será aquando da apresentação de elementos para o plano de atividades. Aliás, como já foi feito o ano passado e que até teve aceitação. Penso que dessa forma essa moção poderá ser incluída no plano de atividades.

Portanto, neste momento, não por discordar, não pelo PS estar contra a ideia mas simplesmente pela oportunidade do momento.

Em relação à campanha de adoção de comunicação, votemos contra, só por esta razão.

Boas férias a todos.

Diogo Botelho (CDS)

Exmo. Sr. Presidente da mesa e restantes elementos

Exmo. Sr. Presidente do Executivo e restantes elementos

Caros colegas de Assembleia

Senhoras funcionárias

Público.

Em relação às propostas do BE, eu queria justificar os votos que vou fazer: em relação à proposta voto de saudação – “Fim a dar às beatas de cigarro” - voto favoravelmente apesar



de no CDS nacional haver gente que não votou outras votaram, aqui voto como pessoa e não como elemento do CDS.

A proposta da "campanha de adoção", vou abster-me. A ideia é boa mas será o Executivo a ponderar isso para o próximo orçamento e só aí é que poderá avaliar as disponibilidades financeiras porque como disse aqui o colega implica gastos de dinheiro e só o Executivo é que poderá saber se tem ou não possibilidade para isso.

Em relação ao voto de solidariedade "para com o Miguel Duarte" eu vou votar contra, lamento, não pelas boas razões do Sr. Miguel Duarte mas porque o senhor cometeu aqueles atos em Itália que é ainda um país soberano, com as suas leis e os seus meios jurídicos próprios, portanto, cabe à Itália e aos italianos decidir o que fazer. Provavelmente sabia os riscos que corria, não foi para lá inocentemente, calculo, e penso que se nós queremos ajudar os migrantes mais do que estar no mediterrâneo (claro que alguém tem que estar a salvar e Portugal até tem equipas da GNR a fazer o patrulhamento e salvamentos) há aqui um trabalho muito mais importante que se deve fazer que é ir aos locais de origem e tentar resolver o problema. Muitas vezes corremos o risco de estar a beneficiar as pessoas que lá estão mas estamos também a ajudar aquelas que estão no transporte ilegal, os chamados passadores que vendem "gato por lebre" e depois os abandonam em barcos à deriva. Portanto, eu tenho algumas dúvidas em relação a estes atos mas não tenho incerteza nenhuma em relação à autonomia da Itália para cumprir a lei em vigor no seu país. E só por isso voto contra, porque também não queria que viesse um italiano dizer-me quais eram as minhas regras aqui no meu país.

Luís Barroso (BE)

Sobre a campanha de adoção, falaram aqui nos custos, é só para dizer que isto não tem custos absolutamente nenhuns para a Junta de Freguesia de Castelo Branco. O que eu digo aqui é: qualquer animal que é adotado, o canil ou o CRA, a obrigação é que o animal venha esterilizado, vacinado e desparasitado; o microchip e o registo tem a ver com a Junta de Freguesia. Portanto, o único custo que tinha aqui é a Junta de Freguesia não cobrar a taxa do registo.

A alimentação, o saco é oferecido pelas campanhas que têm sido feitas. Isto não tem qualquer tipo de custos para a Junta de Freguesia ao contrário daquilo que aqui foi dito.

Eu acho que esta proposta tinha todo o sentido e a Junta de Freguesia (como eu já disse) tem obrigação de promover esta campanha.



Jorge Neves (Presidente da Assembleia de Freguesia)

Não havendo mais inscrições, vamos passar então à votação:

“Campanha de adoção”

A proposta foi rejeitada com 1 voto a favor do BE; 11 votos contra do PS; 7 abstenções: 1 do CDS, 1 da CDU e 5 do PSD.

Voto de Saudação “Fim a dar às beatas de cigarro”

Aprovado por maioria com 15 votos a favor: 1 do BE, 2 do PSD (Rui Lopes e José Freixo) 1 do CDS e 11 do PS; 4 abstenções: 1 da CDU, 3 do PSD (Filipe Roque, Cândida Tavares e Carlos Marques) e 0 votos contra.

Voto de Solidariedade “Para com o Miguel Duarte”

Aprovado por maioria com 13 votos a favor do BE, do PS e da CDU; 3 abstenções do PSD (Cândida Tavares, Filipe Roque e Rui Lopes) e 3 votos contra: 2 do PSD (Carlos Marques e José Freixo) e 1 do CDS.

Passo agora a palavra ao Sr. Presidente para poder fazer os comentários que achar pertinentes relativamente às intervenções que foram tidas até agora.

Leopoldo Rodrigues (Presidente da Freguesia)

Senhor Presidente, respetiva mesa

Membros do Executivo

Senhoras e Senhores membros da Assembleia de Freguesia

Funcionárias e público presente.

Agradeço as vossas sugestões, críticas e também aquilo que entendo como propostas de melhoria.

Relativamente ao Filipe e ao elogio que fez à Assembleia Extraordinária do 25 de Abril, de facto foi um momento importante na afirmação e celebração da democracia. Esta Assembleia foi referida por outros intervenientes, comungamos todos da mesma opinião, que foi um momento sobre o qual vale a pena refletir.

Em relação à intervenção da Cândida que falou sobre a colónia balnear da Areia Branca e referiu também que já foi da Assembleia distrital, neste momento está na posse da Comunidade Intermunicipal e sei (porque também tenho essa preocupação) que está a desenvolver alguns esforços no sentido de ver de que forma é que poderá fazer a reabilitação da colónia. Há também interesse da Câmara local em ficar com aquele espaço, nestas coisas não há almoços grátis e também não é por acaso que aquelas notícias saíram



daquela forma. Também aconteceu isso porque efetivamente a Câmara Municipal tem muitos interesses (imobiliários e turísticos) naquela zona e aquelas notícias também podem ser entendidas como uma forma de pressão sobre Castelo Branco para ceder um espaço bem localizado e que poderá a vir ser importante para os concelhos de área da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Quanto ao nosso estimado ventríloquo, ao melhor do mundo sem dúvida alguma, apresenta duas sugestões que eu agradeço. Relativamente ao parque de campismo, efetivamente é uma preocupação da Junta de Freguesia mas sobretudo da Câmara Municipal. Também já falei com o Sr. Presidente acerca desta questão, tem algumas dúvidas sobre a forma como o parque de campismo pode vir a ser reabilitado. Não temos em Castelo Branco uma grande tradição de utilização do parque, há muito tempo que isso não acontece e neste momento o número de utilizadores é ainda menor. Talvez careça de alguma intervenção/renovação, é uma preocupação que eu irei reforçar junto do Sr. Presidente e agradeço-lhe a sua questão e preocupação.

Quanto ao Sr. Arlindo de Carvalho, sabemos da sua importância no âmbito da música popular. Ele já foi homenageado em vida, houve uma homenagem no Cine-Teatro, não sei se a Junta de Freguesia já o homenageou, a Câmara já o fez mais do que uma vez, houve outras instituições que o fizeram e é uma questão de nós pensarmos se enquadra no atual mandato, uma homenagem ao Arlindo de Carvalho.

Mas volto a dizer-lhe, que agradeço essa sugestão.

Jorge Neves (Presidente da Assembleia de Freguesia)

Senhor Presidente se me permite, só dizer-lhe que eu tenho conhecimento que o espólio do Arlindo de Carvalho está na posse da Câmara Municipal e brevemente será devidamente sistematizado e posto à disposição da população. Foi esse um dos seus últimos desejos.

Leopoldo Rodrigues (Presidente da Freguesia)

Carlos Marques, agradeço também as suas questões. Efetivamente o parque de lazer da Quinta das Violetas é uma zona de excelência da nossa cidade. A manutenção não é fácil e concordo com aquilo que disse: é um espaço que se encontra em muito bom estado, irei tomar boa nota da sugestão que aqui apresentou relativamente à estrada que refere. Quanto à questão da construção, esta pertence ou alberga o museu das Estradas de Portugal e presumo que ele seja da sua responsabilidade. Mas não tenho a certeza se é assim...

Manuela, agradeço também as preocupações que aqui trouxe.



No dia em que decorreram as eleições Europeias, tivemos a preocupação de ouvir os jovens que estiveram no apoio às mesas de voto porque foram registando aquilo que eram as dificuldades que os eleitores encontraram.

A questão da acessibilidade que já aqui foi trazida pelo Filipe ou pelo João, é um assunto que nos preocupa cada vez mais, apesar de tudo, nenhum eleitor deixou de votar por questões de acessibilidade. Aqui, no próprio exercício do edifício da Junta de Freguesia foram muitas as vezes que os membros da mesa tiveram que descer lá abaixo com a urna para descarregar esse mesmo voto.

Quando a termos aumentado o número de mesas e os locais onde eles estão, penso que temos que ter aqui alguma cautela se pensarmos em eliminar algumas mesas de voto. Aliás, nestas eleições isso também foi ponderado. Também nestas eleições já se verificaram algumas situações complicadas relativamente à secção de voto que funcionava na Mina que deixou de existir juntamente com a da Casa do Arco do Bispo que ficaram no mesmo espaço (no edifício do Bordado de Castelo Branco) e as pessoas que mais se queixaram foram precisamente as que vinham da Mina. O mesmo acontece relativamente ao Cansado, são eleitores com muita idade, que em alguns casos têm algumas dificuldades de mobilidade e não sei se será de todo razoável acabar com essas mesas de voto, eventualmente agrupá-las. É uma questão que está a ser equacionada.

Quanto à preparação das pessoas que estão nas mesas de voto, posso dizer-lhe que tive *feedback* de coisas graves que se passaram: presidentes de mesa que tinham jornais e que faziam questão de comentar notícias na mesa de voto; algumas pessoas que não respeitavam todos os procedimentos que devem ter lugar num processo eleitoral, mas estas informações chegaram apenas oralmente e não por escrito. Se me tivessem chegado por escrito eu daria o seguimento que elas merecem.

Também é nossa preocupação a responsabilidade dos membros das mesas de voto e como eles exercem esse exercício tão importante e obviamente o seu dever de isenção. Veremos como é que poderemos melhorar nas próximas eleições, elas já não estão assim tão longe, apesar de tudo achamos que o facto de termos as mesas de informação ajudou alguma coisa. Também tivemos a questão do desaparecimento do número de eleitor, penso que foi um passo positivo, que ajudou alguma coisa mas obviamente com base na informação que nos foi transmitida, tentaremos melhorar para que o processo nas eleições legislativas em Outubro de 2019, possa decorrer com a maior normalidade possível. Há sempre alguns imprevistos que nos escapam mas faremos um esforço nesse sentido e agradeço-lhe vivamente ter trazido este assunto aqui à Assembleia porque é efetivamente um questão bastante importante.



Daive Jacinto, relativamente à questão das comemorações do 25 de Abril, já aqui referi e o mesmo quanto às atividades que a Junta de Freguesia apoia no âmbito desportivo, assunto trazido pelo Luís Caiola.

Já no primeiro ano do nosso mandato, essa foi uma preocupação: apoiar atividades desportivas direcionadas para os mais jovens. Fizemo-lo e fá-lo-emos no futuro em perfeita articulação com as associações e os clubes porque a Junta de Freguesia só por si não teria capacidade para as executar. Direccionamos essas atividades maioritariamente para os mais jovens e fizemo-lo, como eu penso que também já aqui afirmei nesta Assembleia de Freguesia, com o objetivo de que esses mesmos jovens possam conhecer a prática de diferentes modalidades (já que mais não seja por um dia) e fazer as suas escolhas, sendo que, também não é descabido que um jovem pratique mais do que uma desportiva. Aliás, isso acontece com muitos jovens.

Relativamente às questões trazidas pela Adélia, o Futebol de Rua foi um momento interessante sobretudo tendo em atenção que alguns dos intervenientes eram de públicos especiais, que se envolveram numa forma muito intensa mas desportivamente muito correta neste torneio. O convívio, a interação e também os conselhos e os cartões que são mostrados, inclusivamente são mostrados cartões por boas práticas, por *fair-play*, o árbitro que é um mediador mostra cartões aos atletas que disputam o futebol de rua, portanto, é uma boa iniciativa e nós estaremos disponíveis para apoiar futuramente, já disse isso à ADM Estrela que tem a responsabilidade de organizar este torneio de Futebol de Rua, com um pequeno contributo para que seleção distrital que vai disputar o campeonato nacional no Faial, onde nós temos uma freguesia geminada, o possa fazer também em representação da nossa freguesia.

O mesmo que se passa com o Ténis de Mesa para pessoas portadoras de deficiência. Foi uma atividade que já apoiamos o ano passado, voltámos a fazê-lo este ano e também quase de uma forma simbólica no sentido de podermos dar um sinal da importância que o desporto e a inclusão social têm para todos os cidadãos inclusivamente aqueles que têm alguma deficiência, seja ela física ou mental.

Quanto à ausência de público e de comunicação social referida pelo João Vicente e pelo Luís Barroso, a democracia é feita de escolhas e cada um elege onde/quando/como/quer estar nas intervenções democráticas que vão ocorrendo. Deixaríamos de ser democratas, penso eu, se estivéssemos a pressionar os nossos concidadãos para estarem presentes seja onde for. Não nos compete. As Assembleias são divulgadas de acordo com a lei, as pessoas têm conhecimento que elas se vão realizar sejam as Assembleias Municipais, as Assembleias de Freguesia, as reuniões públicas dos Executivos, e vem, quem entende que deve vir porque isso faz parte da liberdade individual.



O mesmo se passa relativamente à presença da comunicação social. Eu tive ocasião, na primeira Assembleia de Freguesia que aqui realizamos de agradecer à comunicação social presente e de "convidar" a comunicação social presente nesse dia, a continuar a acompanhar as Assembleias de Freguesia mas obviamente enquanto autarca, como todos somos, não posso pressionar o jornal A, B,C ou D a estar presente seja onde for... Era o que mais faltava, que o Presidente da Junta de Freguesia fosse interferir com o trabalho da comunicação social e com as opções editoriais dos diferentes órgãos de comunicação social!

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Informações do Presidente da Freguesia

Foi distribuído o documento com a Informação do Presidente, eu não irei nesta fase fazer nenhum comentário acerca daquilo que aí vem mas queria referir dois ou três aspetos que considero relevantes no período que medeia a última Assembleia Ordinária e esta mesma Assembleia.

O primeiro assunto, tem a ver com uma questão que foi colocada pelo membro Rui Lopes, que na última Assembleia de Freguesia lançou aqui uma sugestão que tem a ver com uma cidade sem fios. Na altura, nós próprios lhe dissemos que achávamos essa proposta interessante, que devíamos tentar se não tirar todos os fios pelo menos alguns, e posso dizer-lhe que já esta a ser feita alguma intervenção. Começou na zona histórica da cidade mais concretamente na Rua de Santa Maria onde uma parte bastante significativa de fios ou cabos de comunicação que não estão ativos já foram retirados. Muitos mais há para retirar, é a Câmara Municipal que esta a desenvolver esse procedimento em articulação com as empresas de comunicações. Não é um problema de fácil solução como eu também tinha dito nessa Assembleia mas é importante que tenha sido identificado e que a Câmara Municipal tenha desenvolvido os contactos e sobretudo a "pressão" junto das empresas de telecomunicações para que ele venha a concretizar-se. Não será de um dia para o outro que isto se consegue, que deixaremos de ter uma cidade sem fios mas do nosso ponto de vista é importante que se dê os primeiros passos e esses já foram dados.

Depois, queria referir-me a um aspeto trazido aqui pelo deputado Luís Barroso, que apresentou uma moção "Freguesia livre de glifosato" que foi aprovada, se não estou em erro por unanimidade, e que terminava a sua moção dizendo que "sobre isto gostava de dizer, que ainda há pouco tempo os Serviços Municipalizados andaram a utilizar um herbicida, que eu penso que seja o glifosato, e tive a preocupação de fazer uma queixa junto dos Serviços sobre essa situação, da qual também já obtive resposta". E depois termina "estamos a ser contaminados por este herbicida que é extremamente prejudicial".



Faltou dizer ao Sr. deputado Luís Barroso que efetivamente apresentou uma queixa aos Serviços Municipalizados, ela deu entrada no dia 26-03-2019, disse que tinha tido uma resposta mas não disse qual foi a resposta que lhe foi dada. Nós também questionamos os Serviços Municipalizados porque nos preocupamos com estes aspetos e foi-nos remetida a resposta que enviaram ao membro desta Assembleia Luís Barroso, que foi dada no dia 27 imediatamente a seguir à entrada nos Serviços da queixa.

“Uso do Glifosato”

“Acusamos a receção da reclamação de V. Exa. referente ao assunto supramencionado, a qual mereceu a nossa melhor atenção e agradecemos.

Assim, cumpre-mos informar, que os Serviços Municipalizados são conhecedores do Decreto – Lei nº 35/2017, e previamente à norma entrar em vigor, já esta entidade tinha conhecimento da recomendação de uma associação ambientalista, que apesar de não ser vinculativa fez lei nestes serviços, deixando de adquirir e aplicar o glifosato, substituindo o mesmo por um produto cem por cento biológico, conforme no regulamento da União Europeia.

Acresce que não ficamos apenas pelas orientações da já citada recomendação bem como pelo citado regulamento, adquirimos em Fevereiro de 2017 um equipamento - Monda Térmica - que utilizamos em superfícies com determinadas características.

Em conclusão, conscientes de que também faz parte da missão desta entidade a proteção do ambiente e conseqüentemente da saúde pública, esta organização utiliza um produto cem por cento biológico associado ao equipamento atrás mencionado.

Ao dispor de V. Exa. para prestamos qualquer esclarecimento adicional, se assim o entender”.

Este esclarecimento dos Serviços Municipalizados deixou-nos mais descansados, eu não quero, jamais o farei, duvidar que a informação prestada pelos Serviços Municipalizados não seja verdadeira. Tenho-a por verdadeira e não acredito que não seja.

Eram estas questões que eu acho importante dar a conhecer relativamente àquilo que entretanto se passou.

Depois, queria dar-vos mais duas informações: a primeira tem a ver com uma atividade que a Junta de Freguesia apoiou e que se designa (e por acaso não vem na informação do Presidente), “Os meus avós eram cientistas”. É uma atividade que já vai na 4ª edição, que tem como promotoras duas professoras da Escola Superior de Educação e que se concretiza através de um clube, o Clube Unesco, recentemente criado e que tem como objetivo, pôr as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico a pensar ciência. E a



fazê-lo de uma forma lúdica e a interagir com os seus avós e pais, no sentido de perceber aquilo que os seus avós faziam e fazem e está relacionado com aspetos científicos.

Eu estive o ano passado na entrega dos prémios aos projetos vencedores e nessa mesma altura disse às duas professoras (Prof. Margarida e Prof. Helena) que estaríamos disponíveis para ser parceiros dessa iniciativa, se elas assim o entendessem. Acolheram como boa a proposta que lhe fiz e neste ano a Junta de Freguesia juntamente com a Reconquista e o Clube Unesco, Tradição, Ciência e Cultura desenvolveram esse concurso. Felizmente aumentou o número de participantes na nossa freguesia e fora da nossa freguesia (aumentou quase para o dobro), os projetos continuam a ser interessantes e sobretudo por aquilo que representa na relação entre os mais velhos e os mais novos e na importância que os laços afetivos têm no adquirir de conhecimentos. Nós estamos disponíveis para no próximo ano em 2020 voltarmos a apoiar esta iniciativa, e se possível, melhorar ainda o apoio da Junta de Freguesia que se baseou muito na questão da divulgação e do contacto junto das escolas. Tivemos também o apoio monetário mas o nosso papel mais interventivo foi ao nível dos contactos com as escolas.

O último aspeto que aqui queria referir, tem a ver com uma iniciativa que a Junta de Freguesia iniciou também durante este período, que eu acho uma boa medida de democracia participativa e que se reflete em duas reuniões: a primeira com as associações da zona histórica da nossa cidade e a segunda com as associações e também com os moradores dessa mesma zona histórica. A primeira reunião teve lugar na Casa do Arco do Bispo, contou com a presença sobretudo de responsáveis de associações. Esta iniciativa partiu de um contacto de um morador (Gabriel Contreiras) que veio conversar connosco, que apresentou alguns problemas e nos desafiou a discutir as questões da zona histórica com aqueles a quem mais interessa aquela zona, sendo que, a zona histórica interessa a todos nós. Obviamente que aqueles a quem mais preocupa esta zona são as pessoas que lá vivem.

Conjuntamente com a Dra. Fátima, fez-se o levantamento das associações que têm intervenção na zona histórica e convidámos, como disse, os dirigentes dessas mesmas associações. E na primeira reunião que teve lugar na Casa do Arco do Bispo, estiveram presentes esses representantes: a Escola do Castelo, o Centro Artístico Albicastrense, o Clube de Castelo Branco, Casa da Infância e Juventude, Associação ST Arte, Associação Livre Cor, Aposentados a PSP, Liga dos Combatentes (provavelmente estarei a esquecer-me de alguma associação) esteve também um Prof. da Escola Superior de Educação que é morador, um residente de etnia cigana e o Padre Nuno em representação da Paróquia da Sé.



Posso dizer que foi uma reunião extremamente interessante em que os diferentes intervenientes colocaram as suas opiniões relativamente a algumas coisas que podem melhorar na zona histórica da cidade, sendo que, muitas destas opiniões foram coincidentes. Uma das mais referidas pelo maior número de pessoas, tem a ver com o trânsito na zona histórica concretamente na Rua de Santa Maria, eu próprio não tinha bem consciência disso, do número elevado de carros e por vezes com velocidades pouco recomendáveis na Rua de Santa Maria e noutras da cidade. Foi também muito mencionada a questão da higiene urbana, assim como, a iluminação; algumas ruas não têm uma iluminação suficiente. Foi levantado um problema relativamente ao excesso de gatos, que também já nos tinha sido reportado o ano passado aquando da discussão do orçamento participativo, em que havia uma proposta para construção de um parque para cães e a pessoa que apresentou a proposta, depois veio aqui conversar connosco e chamou-nos a atenção para isso. O problema dos gatos pode efetivamente ser um problema de saúde pública e também está muito relacionado com o facto de alguns cidadãos obviamente com boas intenções, alimentarem os gatos em determinados locais, fazendo que o número destes animais se concentre nesses mesmos locais. Essa preocupação foi apresentada pela Associação Quercus representada pelo Sr. Samuel Infante.

Depois, algumas preocupações que são contraditórias nomeadamente o facto de haver poucos carros na zona histórica e há quem considere preocupante proibir a circulação dos carros na zona histórica.

A questão do barulho e fora de horas, foi também referido por várias pessoas sobretudo junto a alguns estabelecimentos comerciais que funcionam até uma hora adiantada, e associada a esses estabelecimentos comerciais a sujidade nas ruas sobretudo nas noites de sexta para sábado e domingo.

Após essa primeira reunião, tivemos a preocupação de tentar encontrar soluções, tendo eu, tanto na primeira como na segunda reunião, alertado que a Junta de Freguesia não estava ali para fazer promessas de que iria resolver todos aqueles problemas. Eu gosto de ser claro com as pessoas e obviamente não podia estar a enganar aqueles que se disponibilizaram a discutir esses assuntos com a Junta de Freguesia. Mas se não quiséssemos fazer nada não estávamos lá. É óbvio que é nossa preocupação em primeiro lugar é sinalizar as dificuldades e em segundo lugar, tentar agir no sentido de as resolver.

Falei com o Sr. Comandante da PSP, que convidei para estar presente na segunda reunião e tive como eu esperava a disponibilidade do Sr. Comandante, infelizmente, por questões que não estavam previstas, não pode estar presente mas teve ocasião de me dizer, que também a PSP se preocupa com a zona histórica, com o policiamento desta área e que o facto de não serem visíveis tantos agentes como supostamente as pessoas gostariam, não



impede a PSP de agir. E deu o exemplo de uma apreensão que tinha sido feita nos dias anteriores precisamente numa casa daquela zona que supostamente era um arquivo de produtos perigosos e que a PSP depois de uma intervenção retirou esse material.

Para além disso, contactámos a Câmara Municipal e tivemos a disponibilidade de um Eng.º da autarquia para visitar a zona histórica sobretudo para percebermos a questão da iluminação. Foi uma visita que considero importante porque nos permitiu perceber no local algumas das questões que são importantes para as pessoas que ali vivem que também se relacionam com a segurança e que obviamente estão muito, pelo menos é essa nossa leitura, relacionadas com alguma falta de iluminação ou iluminação deficiente.

A Câmara Municipal já está a trabalhar neste sentido, portanto, valeu a pena esta primeira intervenção. Não será um assunto que se vai resolver de um dia para o outro mas do nosso ponto de vista, é importante sinalizar os problemas e dar os passos no sentido de os resolver.

Ficou agendada uma segunda reunião que teve lugar recentemente nas instalações da Caritas InterParoquial, onde para além dos membros das associações que praticamente estiveram calados nessa reunião, puderam expressar a sua opinião moradores da zona histórica mas também pessoas que não vivem na zona histórica. Acabámos por ter uma repetição em termos de assuntos daquilo que tinham sido as intervenções na primeira reunião, mesmo assim, considero que foi positivo termos ouvido as pessoas porque cada um dos intervenientes tem um conhecimento próprio daquela realidade e seguramente cada um desses conhecimentos que ali foram trazidos nos ajudará a melhorar a zona histórica, a torná-la mais segura e quem sabe mais atrativa e com maior qualidade de vida. Na última reunião, ficou um apelo forte da professora responsável coordenadora do 1º ciclo e também da educadora responsável pelo jardim-de-infância do Castelo, no sentido de alertar para o facto de correremos o risco daqui por dois ou três anos não termos nem crianças no jardim-de-infância nem na escola do 1º ciclo do Castelo. E ela própria lançou o desafio a alguns jovens que estavam naquela reunião e que ela presumiu que tivessem filhos em idade escolar, para terem a coragem de colocar os seus filhos na escola do Castelo. Referiu que é uma escola com excelentes condições, quase todas as salas têm ar condicionado, as instalações físicas são de excelência, e ela não o disse mas sei que assim é, o corpo docente seja do pré-escolar ou do 1º ciclo, é responsável, empenhado e também de grande qualidade. Relacionado com isto, lançaram-nos também um desafio que não sei se conseguiremos concretizar, que foi no sentido de estudar a possibilidade dos pais poderem estacionar no parque de estacionamento do Museu Cargaleiro durante um período limitado de tempo de forma gratuita para que possam ir levar e buscar os filhos à



escola. Vamos ver se é possível satisfazer esta proposta, mas iremos dar passos nesse sentido.

Considero estas reuniões extremamente importantes, como vos disse, encaro-as como um bom exemplo de democracia participativa em que todos puderam apresentar as suas dificuldades e fazer as suas propostas. E é neste caminho que pretendemos continuar. Eu tive ocasião de dizer nesta última Assembleia que pretendemos uma intervenção focada em três momentos: O primeiro momento, é aquele que está a acontecer e que visa fazer o levantamento das dificuldades; o segundo momento, será direcionado para as questões sociais e num terceiro momento, pretendemos conversar, discutir e eventualmente apresentar soluções no âmbito do património construído ou imaterial.

É assim que temos pensada esta intervenção, vamos ver de que forma é que ela se concretiza, que resultados nos trará, mas eu posso dizer que já temos resultados: o facto de termos sentado as pessoas no mesmo espaço e a conversarem umas com as outras e sobretudo dessas pessoas se apresentarem de uma forma positiva de modo a construir e não a destruir. E é isso que nós privilegiamos enquanto autarcas: construir. Dar passos no sentido de resolver ou ajudar problemas e estou seguro que com os moradores e as associações da zona histórica iremos resolver alguns problemas, não todos mas alguns.

Jorge Neves (Presidente da Assembleia de Freguesia)

Pregunto à Assembleia se alguém se quer inscrever para colocar alguma questão.

Luís Barroso (BE)

Já que o meu nome foi aqui falado relativamente ao glifosato, eu queria dizer o seguinte: não existe nenhum produto cem por cento biológico e seguro para acabar com as ervas e os infestantes, depois eu faço uma pergunta: se o produto é tão biológico, expliquem-me porque é que os senhores que andam aplicá-lo usam uma máscara e um fato especial? Se nós cidadãos podemos respirar, porque é que eles não podem? Expliquem-me lá se faz favor...

Parecer da Quercus: a Quercus também deu um parecer favorável à implantação da fábrica da Valamb no limite das freguesias Castelo Branco e Alcains. Portanto, todos os pareceres que vêm da Quercus, eu coloco algumas reservas.

Sobre a zona histórica, eu fico satisfeito pelo poder político, Câmara Municipal e Junta de Freguesia terem despertado agora para as questões da zona histórica. Há anos que eu ando a falar nisto nos órgãos onde tenho estado presente. Nas redes sociais, fala-se todos os dias na zona histórica.



Foi pena a Vereadora que trouxe esta questão do glifosato, não lhe tenha trazido também as queixas que eu tenho feito sobre a zona histórica e que estão lá ainda para responder.

2. Apreciação e votação da Ata da Reunião Ordinária nº1 e Extraordinária nº 2

Jorge Neves (Presidente da Assembleia de Freguesia)

Repito, que só têm capacidade eleitoral nesta votação, os elementos que estiveram presentes. Quem não esteve presente, não vota.

Ata da Reunião Ordinária nº 1 realizada a 15.04.2019

Votação: aprovada por unanimidade.

Ata da Reunião Extraordinária nº2 de 24.04.2019, realizada em Lentiscais

Votação: Aprovada por unanimidade.

Luís Barroso (BE)

Não me cansarei de defender as atas. Valorizar a sua eficácia e principalmente a sua disponibilização pública, através dos meios mais apropriados, e como não poderia deixar de referir, na página da Junta de Freguesia de Castelo Branco.

Já somos dois, senhor Presidente Leopoldo Rodrigues, a comungarmos do princípio de que em democracia ninguém tem nada a esconder a ninguém.

Mas será mesmo?!

Cumpra o senhor este princípio e potencie a transparência das ações e decisões do executivo e desta Assembleia de Freguesia, como muito bem disse no dia 24 de abril nos Lentiscais.

Se assim for, estaremos os dois do mesmo lado da "barricada", a "combater" as "fakes news" (notícias falsas) a insinuação, a difamação, a invenção de factos, os populismos e os extremismos.

3. Discussão e votação da proposta do Presidente relativa à não aceitação, para o ano de 2019, da transferência de competências previstas no decreto-lei 57/2019 de 30 de Abril

Leopoldo Rodrigues (Presidente da Freguesia)

Saíram em 2018 e 2019 dois documentos que preveem a transferência de competências dos municípios para as freguesias. A lei 50/2018, que é uma lei enquadradora e que se reporta à transferência de competências do Estado para os municípios e para as comunidades intermunicipais onde também são referidas a transferência de competências para as freguesias.



Relativamente à transferência de competências do estado para os municípios, concretiza-se com a publicação de uma legislação para cada uma das áreas, por exemplo, no âmbito da saúde é regulada através de um decreto-lei próprio.

O mesmo se passa relativamente a todas as transferências a transferir do estado para os municípios ou para as comunidades intermunicipais.

Relativamente à transferência de competências dos municípios para as freguesias, ela está regulada através do decreto-lei 57/2019 que foi publicado no dia 30 de Abril de 2019 e que tem a sua eficácia a partir do dia 1 de Maio de 2019. Vem regular aquilo que está previsto na lei 50/2018 e refere as competências que poderão ser exercidas pelas freguesias, uma vez, que de direito essas competências já são das freguesias desde a publicação desde decreto-lei.

Que competências são:

- Gestão e manutenção de espaços verdes;
- Limpeza das vias e espaços públicos sarjetas e sumidouros;
- Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;
- Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- Manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- Utilização e ocupação da via pública;
- Licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial quando a mensagem esta relacionada com bens ou serviços comercializados no próximo estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo;
- Autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;
- Autorização da colocação de recintos improvisados;
- Autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;
- Autorização da realização de acompanhamentos ocasionais;
- Autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos designadamente foguetes e balonas;
- Autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas.

Como disse, com a publicação do decreto-lei 57/2019 de 30 de Abril, estas competências passam a ser das freguesias. O que o decreto-lei prevê, é que essas mesmas freguesias se



possam manifestar até ao dia 30 de Junho de 2019, se aceitam ou não as competências para os anos de 2019 ou de 2020 ou se aceitam apenas estas competências para o ano 2021.

A leitura que eu faço e que os juristas da Anafre fazem, é que em 2019 e em 2020, as freguesias e as câmaras municipais não têm que efetivar a transferência de competências, que ela se concretizará efetivamente em 2021, havendo ainda assim, alguns aspetos a salvaguardar e que são os seguintes: todas as competências que estão enunciadas neste diploma legal, são desde o dia 1 de Maio competências das freguesias. Uma freguesia não pode dizer: "eu aceito a competência – gestão e manutenção de espaços verdes - mas rejeito todas as outras". Quando uma freguesia decidir aceitar a transferência de competências, aceita a transferência de todas as competências. Há, no entanto, um aspeto que é importante que é o seguinte: o município, que neste momento ainda detém as competências e execução dessas mesmas competências, pode dizer, que aquela competência (A,B,C,D) são competências de interesse estratégico para o município e como tal não pode passar essa mesma competência para a freguesia. Mas isso cabe ao município ou à freguesia que pode negociar com o município a não-aceitação de uma determinada competência. O que é que daqui resulta? Que este processo de transferência de competências tem que ser, do meu ponto de vista e também dos dirigentes e dos Juristas da Anafre com quem conversamos, feito em articulação entre a freguesia e o município. Como é que se concretiza a transferência de competências? A lei prevê que seja feito o levantamento dos recursos afetos a cada uma destas competências e que o município transfira esses recursos sejam ele financeiros, matérias ou humanos para a freguesia. Ou seja, limpar as vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros, custa, imaginemos, na Freguesia de Castelo Branco 500.000.00 euros anuais e carece de vinte trabalhadores e de determinados recursos materiais. É isso que tem que ser identificado e depois negociado entre a Freguesia e a Câmara Municipal. A partir do momento em que os dois chegam a acordo, comunica-se à Direção Geral das Autarquias Locais que a partir da assinatura do auto, passa a fazer as transferências diretamente para as freguesias. Atualmente existem em muitas freguesias e também em Castelo Branco, acordos de execução entre o município e a freguesia. Esses acordos de execução preveem uma determinada verba. Aliás, muitas destas competências concretizam-se em muitas freguesias através de acordos de execução. Já são em muitas freguesias sobretudo nas rurais, competências executadas pelas freguesias e a Câmara Municipal transfere depois o valor para que isso aconteça.

O que é que o Executivo de Freguesia de Castelo Branco entende sobre este processo? Entendemos, que é um processo difícil onde temos que ser cautelosos e ter a concordância da Câmara Municipal para que ele se processe da forma que todos nós gostaríamos que ele se concretizasse. E é por isso que nós apresentamos uma proposta que já aprovámos na



reunião do Executivo. É uma proposta muito simples em que nós dizemos: considerando a complexidade negocial e os meios financeiros e materiais relativos à transferência das competências dos municípios para as freguesias prevista no decreto-lei 57/2019 de 30 de Abril, o Presidente da Freguesia de Castelo Branco propõe, a não-aceitação da transferência das referidas competências para o ano de 2019. E o mesmo fazemos, para o ano de 2020.

Queria só chamar-vos a atenção para duas ou três coisas: em 2019 estamos praticamente a meio da execução do plano de atividades e também do orçamento. A lei prevê um período negocial após decisão de aceitação de noventa dias entre a Câmara e a Freguesia, e se durante esse período a Câmara e a Freguesia não chegarem a acordo, inicia-se um novo período negocial. O que é que eu aqui antevia? Que podíamos muito bem dizer que sim mas dificilmente conseguiríamos concretizar. O mesmo se passa relativamente a 2020.

A Câmara Municipal, neste caso, a Assembleia Municipal, aprova o orçamento municipal até ao último dia do mês de Outubro.

Também achamos que estamos a uma curta distância desse tempo e daí que nós aqui propomos a aprovação destas duas propostas: a não aceitação por parte da Freguesia de Castelo Branco das transferências previstas no decreto-lei 57/2019 de 30 de Abril para o ano de 2019 e para o ano de 2020, pelas razões que aqui referi, devido à complexidade negociável, aos meios financeiros, materiais e também humanos que subjazem ao exercício destas competências.

Para já, fiz a apresentação e obviamente que estarei disponível para responder às questões que me queiram colocar.

Jorge Neves (Presidente da Assembleia de Freguesia)

Só reforçar, que foram aduzidas as razões para o ponto nº3 e nº4 mas obviamente votaremos de forma diferenciada de acordo com o que está na ordem de trabalhos. De qualquer forma pergunto se algum dos elementos da Assembleia se quer pronunciar acerca desta questão.

Luís Barroso (BE)

Sobre estes dois pontos (3 e 4) do Período da Ordem do Dia, tive o cuidado, através de correio eletrónico, solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e ao Sr. Presidente do Executivo, as propostas que iriam ser hoje aqui discutidas e votadas pois nos documentos que recebi não vinham. Parece-me que faz todo o sentido o meu pedido pois os pontos dizem "discussão e votação da proposta do Presidente..."



Nenhum dos dois disse absolutamente nada, o que entendo e considero ser uma "deselegância" institucional que registo.

Ainda agora o Sr. Presidente Leopoldo Rodrigues leu a proposta, que diz terem aprovado em reunião do executivo, confirmando a sua existência, pelo que deveria ter sido enviada a todos os membros desta Assembleia de freguesia para apreciação.

Não entendo porque foi "escondida" até hoje. Há sempre razões que a razão desconhece... Mas vamos ao que está aqui em causa. Depois de ter lido com alguma atenção, quer a Lei nº 50/2018 de 18 de agosto, quer o Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril, chego à conclusão de que as transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, está muito "embrulhada". Cheia de artigos e mais artigos, e temos, mais uma vez, um País dividido.

Uns municípios aceitaram todas as novas competências em todos os domínios e outros aceitaram parte. Agora temos a transferência de competências dos municípios para as freguesias, onde se está a passar a mesma situação.

Também surgiram alguns atrasos na concreta definição das matérias a transferir, diplomas sectoriais, e o montante de financiamento a atribuir a cada uma das autarquias.

Sem dúvida que as transferências de competências para as autarquias locais não podem agravar as desigualdades territoriais, e devem ocorrer apenas nas áreas em que as autarquias estejam em condições de assegurar o respetivo exercício.

Por outro lado, Portugal continua a ser um dos países mais centralistas da Europa, passados 45 anos da revolução de abril. O poder central consome cerca de 90% dos recursos financeiros do estado, restando apenas 10% para o poder local.

Descentralizar apresenta-se como uma prioridade para democratizar e desburocratizar o estado, seguindo o princípio da subsidiariedade, tal como está na Constituição da República Portuguesa.

As freguesias são essenciais no seu trabalho de proximidade, e são com efeito o órgão mais próximo da população. No entanto, a presente transferência de competências pode ser uma enorme transferência de responsabilidades e despesas para as Juntas de Freguesia sem a adequada transferência de fundos, meios e recursos e a adequada capacitação.

Acresce-se que as freguesias ficam dependentes dos municípios para as referidas transferências de competências. Tal poderá ser um grave entrave ao pleno exercício de funções e aos serviços à população.

Desta forma, concordo com a posição assumida pelo executivo da Junta de Freguesia de Castelo Branco, em não aceitarem, quer para 2019 quer para 2020, a transferência de competências previstas no Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril.



Entendo e entendam esta posição como um voto no adiamento, até que seja clarificado e apreciado parlamentarmente, o Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril, que concretiza a transferência de competências dos municípios para as freguesias.

Diogo Botelho (CDS-PP)

Antes de mais, queria dizer, que farei uma comunicação ao Presidente da Assembleia porque neste mandato as Assembleias de Freguesia têm sido cada vez mais demoradas e eu vou propor que se comecem a fazer um bocadinho mais cedo, às 18H00/19H00 da tarde no máximo até às 20H00.

Em relação a discussão, o decreto-lei 57/2019 de 30 de Abril que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos de freguesias, foi das muitas leis e anúncios feitos por este governo em cima do joelho, às pressas, apenas para capitalizar a sua sobrevivência política e popularidade. Mas grande parte não passam de embustes, que mais tarde ou mais cedo acabam por chocar com as paredes da sua total falta de realidade.

A recusa por parte deste Executivo da Junta do partido socialista em acolher a execução de um decreto-lei do próprio governo socialista, comprova o embuste. É assim como um país, que ao fim de quatro anos de governo socialista, anuncia os melhores resultados económicos de sempre ao mesmo tempo que a população esmagada pelo peso da maior carga fiscal da nossa história, luta contra serviços decrépitos por falta de investimento público nos serviços mais básicos como a saúde, os transportes ou as infraestruturas nacionais. E como eu dizia, este decreto-lei 57/2019 de 30 de Abril foi feito na ânsia de mostrar uma reforma descentralizadora que desde logo percebemos nunca sairia do papel. Aliás, a lei foi escrita com esse efeito. Ninguém pode levar a sério uma lei que prevê competências mas “esquece-se” de financiar essas mesmas competências, para já, como vivos. E claro, na sua execução se ao governo não interessou financiar a lei, muito menos interessa à Câmara Municipal de Castelo Branco que no desespero de tudo controlar, numa característica muito socialista, controla de muito perto desde as Juntas de Freguesia até às menos representativas associações e coletividades de concelho, muitas vezes de uma forma pouco transparente e com algumas dúvidas de ética. É por isso, que o CDS entende a posição do Executivo e vota com ele contra a execução de uma lei, que mais parece na verdade, um processo de alijamento de encargos e obrigações por parte do governo completamente alheado da realidade territorial organizativa e financeira das autarquias nacionais, e acima de tudo, das necessidades das populações e da capacidade e eficácia da resposta a dar.



Filipe Roque (PSD) – Declaração de Voto

Apesar de termos ouvido a explicação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, mantemos a nossa opinião.

A bancada do PSD, vota contra a proposta do Presidente, em não à aceitação da transferência de competências previstas no decreto-lei 57/2019 de 30 de abril.

Desde o primeiro momento que entrámos nesta Assembleia, e conforme o defendemos aqui no dia 14 de dezembro de 2017, pela deputada Cândida Tavares, entendemos fundamental a aceitação de muitas das competências!

É extremamente importante para esta Junta de Freguesia, ter mais competências e não permanecerem maioritariamente centralizadas na Câmara Municipal, como até aqui!

Permite à Junta de Freguesia estar ainda mais perto das pessoas e fazer com as respostas sejam prontas e adequadas à população, promovendo assim, maior aproximação entre os órgãos decisórios e os cidadãos.

Sabemos que não será um processo fácil e com alguma complexidade numa fase inicial, nomeadamente, relacionadas com as questões transitórias dos recursos humanos, mas por essa razão a nossa abstenção este ano, e contra 2020.

É preciso firmeza na defesa dos interesses do concelho e neste caso, não se pode perder competências que assiste à Junta de Freguesia para fazer mais e melhor!

Durante e no decorrer deste mandato, já se saberiam destas propostas que agora foram aqui apresentadas!

Obrigado!

Leopoldo Rodrigues (Presidente da Freguesia)

É só para dizer, que o decreto-lei 57/2019 foi publicado no dia 30 de Abril de 2019 e tem efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2019. Não há tanto tempo assim...

Jorge Neves (Presidente da Assembleia de Freguesia)

Penso que estaremos todos esclarecidos relativamente a esta matéria e passamos assim às votações:

3 - Discussão e votação da proposta do Presidente relativa à não aceitação, para o ano de 2019, da transferência de competências previstas no decreto-lei 57/2019 de 30 de Abril.

Votação: Aprovado por maioria com 5 abstenções do PSD; 14 votos a favor (PS, CDU, CDS e BE) e 0 votos contra.



4 - Discussão e votação da proposta do Presidente relativa à não aceitação, para o ano de 2020, da transferência de competências previstas no decreto-lei 57/2019 de 30 de Abril.

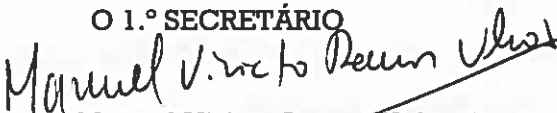
Votação: Aprovado por maioria com 5 votos contra do PSD; 14 votos a favor (PS, CDU, CDS e BE) e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia declarou encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros da Mesa nos termos da Lei.

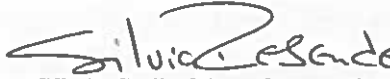
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA


(Jorge Manuel Vieira Neves)

O 1.º SECRETÁRIO


(Manuel Viriato Ramos Veloso)

A 2.ª SECRETÁRIA


(Silvia Sofia Pires Resende)

O Sr. Presidente da Freguesia fez uma apresentação oficiosa do Site da Freguesia e de um vídeo institucional da Freguesia de Castelo Branco.